

O FIM DO INÍCIO: AFRÂNIO COUTINHO E A CRÍTICA DE RODAPÉ

João Ceçar de Castro Rocha

<https://orcid.org/0000-0001-5053-6768>

O INÍCIO DO FIM

Acidental, todo turista, por isso mesmo, às vezes presta atenção demasiada no miúdo. Faça um teste singelo: reserve um voo para Macau e não deixe de visitar as Ruínas de São Paulo. Depois das previsíveis fotografias, desça suas escadarias e siga à direita. Logo encontrará uma ligeira descida, mais bem um desnível na calçada. Na Rua dos Portugueses, em meio a azulejos metonímicos, encontrará um destino possível na inscrição de um Riobaldo local: *Começando no fim do início*. Pois bem: na história da crítica literária brasileira, especialmente em sua vertente universitária, o artigo aqui reproduzido de Afrânio Coutinho equivale a um achado arqueológico. Para melhor apreciar o artefato, basta recuperar o lugar e a data da escrita do texto: Nova York, 13-6-1943.

(Eis aí o *começo do fim do início* da futura crítica literária de extração universitária.)

Entre 1942 e 1947, Coutinho residiu em Nova York, pois havia sido contratado pela *Reader's Digest* para coordenar sua edição brasileira. De fato, em fevereiro de 1942, versões no Brasil e em Portugal foram lançadas com um título redundante: *Seleções do Reader's Digest...* Em breve, o bom senso prevaleceu e Afrânio Coutinho foi um dos editores da revista *Seleções*, função que ocupou até seu retorno ao Brasil, em 1948. A ironia é sutil, mas nem por isso menos saborosa. A *Reader's Digest* foi criada no *annus mirabilis* de 1922 – e

no mês da Semana de Arte Moderna, no Brasil. Como se fosse um anacrônico e sobretudo inesperado *memento mori*, a recordar o caráter volátil e contraditório de todas as coisas. 1922: ano orgulhoso, entre outros, de *Ulysses* e *The Waste Land*, mas também da fundação de uma revista cuja finalidade era resumir e simplificar artigos de leitura difícil, de modo que o tristemente célebre leitor médio pudesse se ilustrar sem maiores tropeços. Sucesso imediato, *Reader's Digest* vendia-se como a revista precisa para a escassez de tempo de leitura que dominava o mundo contemporâneo. No primeiro número, saído em fevereiro de 1922, a capa estampava o norte da iniciativa, sem pudor aparente: “Thirty-one articles each month from leading magazines. Each article of enduring value and interest, in condensed and compact form”. Um casal teve a ideia, William Roy DeWitt Wallace e Lila Bell Wallace. O marido foi um bem-sucedido editor de panfletos de autoajuda, até viver seu momento-eureka: ganhou muito mais dinheiro com a *Reader's Digest*, mas sem abandonar sua vocação original. Reparou que são “thirty-one articles each month”? Ora, lia apenas um artigo por dia e, ao fim do mês, torne-se um leitor como poucos. Imagine-se com olhos de lince após palmilhar os doze números de um modesto ano qualquer.

Nas horas livres, após o exaustivo trabalho na redação de *Seleções*, Afrânio Coutinho sentava-se nas salas de aula da Columbia University como ouvinte. Sempre que possível, Coutinho tomava o trem para New Haven, a fim de assistir às lições do mestre René Wellek. Coincidência sintomática: justamente no momento em que, junto com Austin Warren, o renomado crítico preparava o icônico e tsunâmico manual *Theory of Literature* — essa certidão tardia de batismo da disciplina Teoria da Literatura, que conheceria uma ascensão fulminante nas décadas de 1950 a 1980.

Em junho de 1943, um primeiro resultado do empenho do futuro renovador da crítica literária brasileira pode ser vislumbrado em

“A crítica e os rodapés”. A dicção beligerante jamais abandonou a prosa crítica de Afrânio Coutinho: “É a própria instituição do rodapé, que é condenável por todos os aspectos como um dos responsáveis pelo atraso ou, por que não dizer, pela inexistência da crítica literária entre nós”. Assinalado o alvo, declarada a guerra, Coutinho centrou a munição pesada, recém-adquirida nos Estados Unidos, na figura de Álvaro Lins, à época considerado o mais importante nome da crítica de rodapé, isto é, do exercício crítico cujo meio principal de divulgação era a imprensa; meio principal e por vezes exclusivo. Não deixa de ser fascinante perceber como sua atividade editorial na *Reader's Digest* insinuou-se em sua crítica ao rodapé:

Várias razões militam contra o rodapé. Em primeiro lugar, *a questão do tempo*. É materialmente impossível, *nas atuais condições de publicidade*, que um homem se mantenha em dia com o movimento editorial, por dever ser uma espécie de termômetro do mesmo, conservando, por outro lado, o seu espírito ao nível da cultura da época, para que possa ser um intérprete seguro e um julgador imparcial. (grifos meus)

Afrânio Coutinho, leitor involuntário de Mário de Sá-Carneiro? Um pouco mais de concisão, e era bom; um pouco mais de tempo, e era suficiente; mas nesse quase de coisa alguma, a crítica de rodapé deveria mesmo era desaparecer. Afinal, como se não bastasse o que se diz no artigo aqui publicado, a própria materialidade da comunicação condenava o rodapé, pois, ao caráter efêmero do jornal, Coutinho opunha a promessa da permanência por outros meios:

A grande crítica, inclusive de contemporâneos, se exerce nos *livros*, nas boas *revistas literárias*, em estudos sérios, amplos, assentados. É desta maneira que está sendo construída a crítica americana. (grifos meus)

O livro, portanto, seria o espaço próprio da crítica universitária, mas podendo eventualmente realizar uma pequena concessão, desde que em *boas revistas literárias* – claro está.

Em 1948, Afrânio Coutinho voltou ao Brasil, decidido a colocar em prática os princípios anunciados em junho de 1943.

Sua primeira trincheira numa luta que prometia ser feroz? Uma coluna, “Correntes Cruzadas”, publicada no prestigioso rodapé do Suplemento Literário do jornal *Diário de Notícias*. Coluna que manteve de 1948 a 1966 e na qual sempre fustigou com denodo a crítica de rodapé, publicada, como já se sabe, em jornais.



Rua dos Portugueses (Macau).

A CRÍTICA E OS RODAPÉS

Afrânio Coutinho. *Crítica & Críticos*

Rio de Janeiro: Simões Editora, 1969, pp. 19-23.

Haverá porventura hábito mais grotesco do que este, tão comum entre nossos críticos, de inaugurarem os seus rodapés com uma introdução em que, pretendendo dar a sua posição, não vão além de uma série de considerações mais ou menos ocas e de algumas barretadas à plateia? Onde as tomadas de posição, as afirmações doutrinárias, as classificações dos problemas? Aliás, não é este o costume apenas que é preciso arguir, tratando-se do problema da crítica no Brasil. É a própria instituição do rodapé, que é condenável por todos os aspectos como um dos responsáveis pelo atraso ou, por que não dizer, pela inexistência da crítica literária entre nós.

O rodapé envolve o indivíduo que o enche de uma auréola de falso prestígio, geralmente mais condicionado pelo jornal onde aparece, do que pelo valor intrínseco do mesmo.

Várias razões militam contra o rodapé. Em primeiro lugar, a questão do tempo. É materialmente impossível, nas atuais condições de publicidade, que um homem se mantenha em dia com o movimento editorial, por dever ser uma espécie de termômetro do mesmo, conservando, por outro lado, o seu espírito ao nível da cultura da época, para que possa ser um intérprete seguro e um julgador imparcial. A crítica de contemporâneos já por si implica uma série de condições de ordem moral – equilíbrio interior, pureza de intenções, fidelidade a certos princípios, honestidade de meios – sem as quais o crítico não passa de um fraseador vulgar. Tendo, portanto, diante de si esta imensa dificuldade, o crítico do rodapé, por outro lado, não poderá fugir ao dever de aperfeiçoar constantemente o seu preparo básico,

o que só consegue com a leitura e o estudo ininterruptos, e ainda por cima, terá de enfrentar os montes de obras que lhe batem à porta a cada correio, só o selecionamento das quais lhe tomará boa parte do tempo. Vê-se, pois, que é tarefa sobre-humana ler sistematicamente o que se publica, a fim de dar, cada semana, uma súmula do movimento geral ou um estudo sucinto sobre um livro ou autor. Não poderá fugir da reportagem, da embromação, ou do lero-lero para encher papel, em torno ou a propósito do livro, muitas vezes nada tendo que ver com ele. É geralmente o espetáculo que oferecem os críticos de rodapé.

Mas o rodapé entre nós ainda é culpado de outros pecados. Raros serão os que resistam à tentação do pedantismo, do dogmatismo, da compenetração, raros os que não se deixam desequilibrar. A crítica de rodapé estraga a melhor vocação crítica.

Não vou a ponto de pretender que se acabem os rodapés. O que me parece aconselhável é que não se lhes dê a importância exagerada que tem no Brasil. Compenetremo-nos de que já passou o tempo em que o velho Sainte-Beuve podia semanalmente produzir os seus maravilhosos folhetins, coisa aliás que lhe exigia, como se sabe, uma dedicação exclusiva e absorvente, sete horas de leituras diárias, durante sete dias da semana. E mais era Sainte-Beuve...

Estas e outras reflexões me têm vindo à mente ao observar certos hábitos da vida literária americana. Dentre os fatos que me chamaram até hoje a atenção, avulta um que me parece dos mais auspiciosos: a existência de uma sólida crítica literária que, a meu ver, é o mais elevado e melhor aspecto desta rica literatura. Este meu ponto de vista, aliás, tem tido a aprovação de muitos escritores, alguns deles grandes críticos, aos quais o tenho referido. Realizando esse magnífico trabalho, original e profundo, os críticos americanos deste século compreendem perfeitamente aquela palavra de Paul Elmer More,

para o qual não poderia haver literatura americana antes de existir a crítica americana. Tese aplicável inteiramente ao Brasil.

Já se podem considerar definitivas as conquistas da crítica americana, não só no que diz respeito a um corpo de doutrinas e padrões, como às obras-mestras que tem produzido. Com os elementos de que disponho, espero poder algum dia comentar mais de espaço, entre nós, alguns dos seus feitos mais interessantes, lamentado hoje apenas o fato de que ela se reduza, aos nossos olhos, ao fossilíssimo Menken, quando, sem abandonar os antigos, aí está viva uma equipe de primeira categoria de críticos, Krutch, Burke, Blackmur, Tate, Ransom, Kazin, Barzum, Trilling, Mathiessen, Hicks, Rahy, Philips, Schuster, e muitos outros, sem falar nos dois mestres, Eliot e o velho Richards, iniciadores de uma ala do movimento moderno da crítica anglo-americana.

Já atingiu altitude tal esse movimento, que já hoje é impossível a um crítico ficar realmente à altura do seu mister sem se assenhorar das ideias e métodos da moderna crítica de língua inglesa. Do contrário, ficará como a maioria dos nossos: em pleno impressionismo crítico.

Pior do que isto: em pleno comentarismo crítico. Era a que desejava chegar, pois me parece que esse estado resulta do hábito de reduzir a crítica àquela que se faz nos rodapés. O que se afigura inadiável entre nós, é a destruição do mito do rodapé. Enquanto considerarmos o rodapé a última palavra em crítica, jamais teremos crítica literária, e *ipso facto* literatura. Os rodapés não merecem o respeito e a veneração de que são cercados, o prestígio que se lhes espreita. Não devem ser vistos senão como meros registros de livros, sem nenhum valor de julgamento, nem para o bem nem para o mal. Para que se sinta o vazio dos rodapés, basta que procuremos neles o critério que os norteia, o padrão de valores, suas diretivas e normas de interpretação. No Brasil, dificilmente encontraremos mais de um rodapé que

possa expor esse corpo doutrinário, e que não se resuma no critério do “gostei” ou “não gostei”. Para quê, portanto, dar-lhes importância, sabendo que são feitos sobre a perna? Lembremo-nos de que seus autores não se dedicam somente a eles, exercendo ao contrário meia dúzia de atividades, e que, portanto, não tem tempo para estudar e meditá-los.

A propósito disto é que desejo citar o exemplo da vida literária americana. Ela faz uma distinção bem nítida entre crítica e review de livros, entre crítica e reportagem, crônica, registro. Esta distinção é que seria necessário introduzir no Brasil.

Um rodapé não é crítica, mas simples registro ou revista de livros. Não existe, geralmente, o hábito do rodapé na América. Mas as seções de registro de livros, de todos os jornais e revistas, não são consideradas seções de crítica, mas de review, e os seus autores não são tidos como críticos. Além disso, nenhum grande crítico americano assina uma seção permanente, diária, semanal ou mesmo mensal de crítica. Um dos mais jovens dizia-me há pouco ser-lhe impossível fazê-lo, e citava-me o exemplo de um artigo de dez páginas datilografadas que escrevera sobre Henry James, para o número comemorativo de certa revista, o qual lhe levaria dois meses de trabalho, entre pesquisa e redação. Com tal método, como se dedicar a uma seção periódica de crítica? Estas, os verdadeiros críticos deixam de bom grado para os repórteres de livros, os Clifton Fadman, John Chamberlain e todos os outros que enchem os suplementos literários dos jornais com as suas notícias de livros, mais ou menos encomendadas e controladas pelas casas editoras.

Não quer dizer que um bom crítico esteja inibido de publicar um artigo de crítica em um periódico qualquer. E o fazem com certeza, mas ocasionalmente, sem a obrigação regular de uma seção permanente. Por outro lado, um reviewer também não estará na impossibilidade de fazer um trabalho crítico. Alguns há que são mesmo dotados

de certos recursos críticos, e se o quiserem poderão fazer crítica, se se dedicarem ao estudo. Não, porém, nas suas seções de registro. E o que se dá com eles é que ninguém os leva a sério, o review já os tendo desmoralizado aos olhos dos homens de letras de responsabilidade, e criado neles um hábito de acanalhação, de só encarar a literatura com um espírito de facilidade e mercantilismo.

A grande crítica, inclusive de contemporâneos, se exerce nos livros, nas boas revistas literárias, em estudos sérios, amplos, assentados. É desta maneira que está sendo construída a crítica americana. Confundindo crítica com rodapé – e a prova disto é que os seus autores os publicam depois em livro tais como apareceram nos jornais, sem nenhuma modificação, como obras definitivas de crítica –, teremos sempre uma crítica aleatória, inconsistente, sem padrões nem guias, condicionada à impressão pessoal, às flutuações dos motivos e objetivos pessoais do autor, ao seu caráter, às circunstâncias do ambiente em que ele se move, às imposições de natureza extraliterária, política ou social.

É o nosso triste caso.

Nova York, 13-6-1943

